

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 120

Período: de 17/04/04 a 23/04/04

Franca – Brasil

- 1-Livro traz discussões sobre atuação do Brasil na Operação Condor
- 2-Políticos e jornalista discutem a possível intervenção das F.A. no controle do tráfico
- 3-Adesão do Brasil ao protocolo adicional da AIEA é discutida
- 5-Licitação para novos caças poderá ser substituída por proposta de revitalização
- 6-Presidente afirma que reivindicações das Forças Armadas serão atendidas
- 7-Presidente impõe condição para envio de tropas ao Haiti
- 8-Chefe do Gabinete de Segurança da Presidência sobrevoa região de conflito em reserva indígena
- 9-Exército possui minas terrestres do mesmo lote das apreendidas no Rio
- 10-Coluna opinativa analisa equacionamento da defesa nacional no Brasil
- 11-Brasil contraria Estados Unidos em projeto debatido na ONU
- 12-Relatório aponta falhas no controle de arsenal das Forças Armadas
- 13--Granadas encontradas em favela pode pertencer à Aeronáutica
- 14-José Sarney fala sobre democracia na América Latina

Livro traz discussões sobre atuação do Brasil na Operação Condor

O *Jornal do Brasil* divulgou algumas idéias que o escritor e jornalista John Dinges, que está publicando o livro *The Condor Years*. Segundo o que foi publicado no jornal, a operação Condor foi “o codinome dado à coleta e troca de informações que envolviam execução, seqüestro e extradição clandestina de militantes da esquerda latino-americana”. Segundo o autor do livro, o Brasil foi modelo para as ditaduras vizinhas e treinou as forças do Chile, por exemplo. Afirmou também que “o regime brasileiro conseguiu com sucesso controlar o país e eliminar a esquerda. O Brasil certamente teve um papel em treinar forças de inteligência do Chile, tenho documentos que comprovam isso. E tenho certeza de que treinaram autoridades de outros países - disse Dinges. - O Brasil era como o 'grande pai' dos governos militares desse período”. (Jornal do Brasil – Brasil – 18/04/04).

Políticos e jornalista discutem a possível intervenção das F.A. no controle do tráfico

O jornal *O Globo* publicou entrevistas com a governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, e com o ex-ministro da Saúde, José Serra. Ambos expuseram ao jornal seus pontos de vista a respeito da possibilidade de enviar as Forças Armadas como ajuda para a resolução da atual turbulência da favela da Rocinha na cidade do Rio de Janeiro, causada por disputas entre traficantes. A governadora disse que um concurso está sendo realizado para suprir as necessidades do policiamento na capital do estado, e que enquanto este efetivo não estiver disponível, quer um “empréstimo” de homens da Polícia Federal e das

Forças Armadas. Declarou a governadora que fazia “[...] um desafio maior: se a União não tem homens da Polícia Federal para tomar conta das fronteiras, para impedir que as armas e as drogas entrem, que me emprestem homens do Exército para tomar conta das rodovias, dos portos e dos aeroportos”. José Serra defendeu que as Forças Armadas não devem ser utilizadas no policiamento, e ainda acha necessário “criar uma guarda nacional, que deveria estar pronta para intervir em casos onde o governo estadual é inepto para controlar situações graves”. Uma das fontes do efetivo desta guarda seria o aproveitamento de “tropas aquarteladas nos grandes centros como Rio, São Paulo e Minas que perderam a razão de ser dentro das novas missões e do novo modelo de organização do Exército, que enfatiza forças altamente treinadas e com grande mobilidade e conectividade para atuar na fronteira norte”. Ainda *O Globo*, em editorial, classificou a hipótese de enviar as Forças Armadas às favelas como irrealizável, e pensadas de maneira apressada. Defende o jornal que mais importante seria cobrar a atuação das F.A. e da Polícia Federal no controle das fronteiras, que seria uma medida mais eficaz no controle do tráfico. Arnaldo Jabor, em coluna de *O Globo*, afirmou que a relutância em empregar o Exército no combate ao crime no Rio de Janeiro é resultado do desejo de ocultar a derrota legal e policial no país. Já o cientista político Gláucio Ary Dillon Soares, em coluna no *Jornal do Brasil*, alegou que as Forças Armadas não têm preparação para atuar no combate ao crime organizado. Ademais, o colunista afirmou que o Ministério da Defesa não exerce de fato o poder que lhe caberia, e que este submete suas decisões à influência das Forças Armadas, sobretudo ao Exército. *O Globo* também informou que um documento aprovado pelo diretório do Partido dos Trabalhadores (PT) defendeu que as Forças Armadas forneçam apoio logístico para o combate ao crime organizado em centros urbanos. O diretório defende que a Marinha deve combater o contrabando nos mares e portos, a Aeronáutica deve constituir um sistema de vigilância e do espaço aéreo e aeroportos, enquanto o Exército deve ocupar-se em descobrir os circuitos de tráficos de armas e drogas nos centros urbanos e nas fronteiras. O prefeito do Rio de Janeiro, César Maia (Partido da Frente Liberal), propôs que as Forças Armadas estendam ao outro lado da rua o patrulhamento de prédios e quartéis sob sua jurisdição como forma de ampliar a área por eles protegida, sem que, contudo, a função dos militares seja mudada. O ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, assegurou que a parceria das Forças Armadas com a Polícia Federal pode ser proveitosa para coibir o crime nas fronteiras do país. Segundo *O Globo*, José Viegas Filho, ministro da Defesa, está negociando um projeto de lei para que os crimes cometidos por militares das Forças Armadas em operações urbanas possam ser julgados pela Justiça Militar. Atualmente, tais crimes são julgados pela Justiça comum. (*O Globo* – Opinião – 17/04/04; *O Globo* – Rio – 18/04/04; *O Globo* – O País – 19/04/04; *O Globo* – O País – 20/04/04; *O Globo* – Rio – 20/04/04; *O Globo* – Segundo Caderno – 20/04/04).

Adesão do Brasil ao protocolo adicional da AIEA é discutida

Segundo o jornal *O Globo*, há uma semana, o secretário de Energia dos Estados Unidos, Spencer Abraham, acenou ao governo brasileiro com a possibilidade de investimentos em projetos de interesse comum na área energética. Uma das

condicionantes de Washington é a adesão do governo aos novos termos de fiscalização da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Neste protocolo, segundo publicado pelo jornal, se impõe a abertura integral da tecnologia desenvolvida para enriquecimento de urânio, assim como o acesso irrestrito, em 24 horas, a qualquer parte do território nacional eventualmente considerado “área suspeita” — o que inclui escritórios públicos e residências de técnicos envolvidos no programa nuclear. (O Globo – O País – 18/04/04; Jornal do Brasil – Opinião – 20/04/04).

Licitação para novos caças poderá ser substituída por proposta de revitalização

A concorrência FX, para a modernização da frota de caças brasileiros, poderá ser substituída por um programa de revitalização dos caças atuais – os Mirage IIIE-Br, em uso há 32 anos – conjugado com a compra de caças usados e modernizados. A notícia, veiculada por *O Estado de S. Paulo*, aponta a licitação original como a possibilidade “ideal” e a segunda alternativa, como a “possível”. A alternativa mais barata seria a revitalização conjugada com a compra de caças usados – sendo que a revitalização custaria US\$ 4 milhões por aeronave e a compra dos usados seria da ordem de US\$ 90 milhões –, em comparação com os US\$ 700 milhões que custariam ao país com a licitação. Faltam poucos dias para a reunião do Conselho de Defesa Nacional (CDN), e o jornal noticiou que os lobistas estão trabalhando pesadamente. O ministro José Viegas, da Defesa, ao falar ao jornal sobre a licitação dos novos caças, afirmou que se tinha feito uma idéia errada de qual dos consórcios seria o vencedor. Isto ocorreu principalmente pela associação das pontuações das propostas àqueles que seriam de fato os vencedores, uma vez que o que serão as propostas de off-set e de transferência de tecnologia que selecionarão definitivamente os mesmos. A possibilidade de revitalização dos caças já existentes surgiu nas duas últimas semanas, quando o ministro Viegas, acompanhado pelo Comandante da Aeronáutica e por peritos e pilotos da Força Aérea conheceram as versões revitalizadas do Chile e da África do Sul. Além disso, segundo o brigadeiro Luis Carlos Bueno, o Brasil foi bem sucedido na revitalização dos aviões F-5Br, tendo desenvolvido técnicas para esse tipo de operação. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/04/04).

Presidente afirma que reivindicações das Forças Armadas serão atendidas

A *Folha de S. Paulo* noticiou nesta semana a declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que o governo atenderá às reivindicações das Forças Armadas. Lula afirmou que tem o compromisso de garantir o padrão de dignidade devido aos militares e suas famílias. Contudo, o presidente não falou em índices de reajuste nem de prazos. Segundo o jornal, especula-se que o reajuste deve ser de 10%. Além disso, o presidente anunciou ter determinado aos Ministérios das Cidades e ao presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, que realizem estudos para viabilizar um programa de financiamento habitacional para as Forças Armadas. O pronunciamento de Lula foi realizado no último dia 19, dia do Exército. Nesta ocasião, o presidente afirmou que a sociedade brasileira tem orgulho dos militares e reiterou sua posição de comandante das Forças Armadas.

(Folha de S. Paulo – Brasil – 19/04/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 20/04/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 20/04/04; O Globo – O País – 20/04/04).

Presidente impõe condição para envio de tropas ao Haiti

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a disposição brasileira de comandar a missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti está condicionada ao efetivo engajamento da comunidade internacional com a reconstrução daquele país. Além disso, o presidente declarou que a missão só terá sentido caso esteja em sintonia com os outros países da região do Caribe. (Folha de S. Paulo – Brasil – 20/04/04).

Chefe do Gabinete de Segurança da Presidência sobrevoa região de conflito em reserva indígena

Neste dia 22, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Jorge Armando Félix, sobrevoou a terra indígena Roosevelt, em Espigão d'Oeste (534 km de Porto Velho, capital de Rondônia), local onde, no último dia 07, 29 garimpeiros foram mortos por índios da etnia cintalarga. A reserva indígena possui uma jazida de diamantes que, segundo a Polícia Federal (PF), movimenta R\$ 40 milhões por mês. Segundo noticiou a *Folha de S. Paulo*, os índios vendem os diamantes para os contrabandistas e entram em conflito com os garimpeiros da região. Para o ministro Félix, "a própria condição humana não vai permitir que o garimpo (na terra indígena Roosevelt) fique intocável" e, que por isso o governo federal já está empenhado em concluir a regulamentação da exploração dos garimpos. Enviado ao local a pedido do presidente Luis Inácio Lula da Silva, Félix deverá apresentar a ele um relatório, no qual destacará a necessidade de desarmamento da região e o aprofundamento das investigações sobre as mortes. De acordo com *O Globo*, a força-tarefa criada pelo governo para combater o crime organizado em Rondônia montou uma operação para cercar a terra indígena, reunindo um total de 400 homens do Exército, da Polícia Federal e de mais 21 instituições, incluindo polícia federal, militar, civil e rodoviária federal. A operação espera apreender armas ilegais, prender contrabandistas de diamantes e conter a crescente onda de violência na região. (Folha de S. Paulo – Brasil – 21/04/04; O Globo – O País – 19/04/04; O Globo – O País – 20/04/04; O Globo – O País – 22/04/04).

Exército possui minas terrestres do mesmo lote das apreendidas no Rio

No último dia 20, a polícia do Rio de Janeiro apreendeu oito minas terrestres antipessoais, 161 granadas, 30 mil cartuchos para diferentes modelos de fuzil, um fuzil AR-15 e coletes à prova de balas na Favela da Coréia. Foi a primeira vez que houve uma apreensão de minas terrestres no Estado do Rio, por isso a investigação sobre a origem desse armamento está sendo prioridade para a polícia. A minas são do tipo M-409 e possuem número de série 1-35. Estas informações são cruciais para descobrir como o armamento chegou aos traficantes cariocas. Segundo entidades internacionais que combatem o uso das

minas terrestres, esse tipo foi fabricado na Bélgica até 1990 e exportadas principalmente para o Oriente Médio, África e América Latina, na qual o Brasil foi um dos grandes compradores. De acordo com relatórios oficiais, o Exército brasileiro tem um total de 16.545 minas para treinamento, sendo que 5.495 minas são do lote 1-35, o mesmo encontrado na favela do Rio. Segundo Gustavo Vieira, coordenador no Brasil da Campanha Internacional para o Banimento de Minas Terrestres, a aquisição das minas do modelo M-409 e do lote 1-35 foi informada em relatório anual encaminhado pelo Ministério da Defesa brasileiro à Convenção Sobre a Proibição de Uso, Armazenamento e Transferência de Minas Antipessoal e Sobre a Sua Destruição. A *Folha de S. Paulo* noticiou que o Brasil assinou em 1997 e ratificou em 1999 o Tratado de Ottawa, que prevê a destruição e proíbe a produção, a estocagem, o uso e a venda das minas terrestres, consideradas armamentos cruéis, por atingirem de maneira indiscriminada civis e combatentes. No entanto, o artigo 3 do tratado permitiu aos países signatários manter um estoque para uso em treinamento de detecção, desativação e destruição de minas. No caso das Forças Armadas brasileiras, as minas estão sendo usadas para treinamento e todo o arsenal remanescente deve ser destruído até 2009. O Ministério da Defesa informou, neste dia 21, que o governo está investigando se houve desvio de minas e granadas das Forças Armadas. Outra hipótese levantada pela investigação e destacada pela *Folha* é a possibilidade das minas terrestres terem sido trazidas de Angola por guerrilheiros radicados no complexo de favelas da Maré, zona norte do Rio. Segundo a polícia, os guerrilheiros refugiados no Brasil, devido à guerra civil ocorrida entre 1975 a 2002 em Angola, treinam traficantes das favelas desde o final da década passada. Portanto, esses guerrilheiros podem ter contrabandeado armamentos, como as minas, usadas na guerra civil angolana. A Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Federal já estão investigando a ligação dos angolanos com membros do tráfico. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 21/04/04; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 22/04/04; Jornal do Brasil – Rio – 22/04/04; O Globo – Rio – 21/04/04; O Globo – Rio – 22/04/04).

Coluna opinativa analisa equacionamento da defesa nacional no Brasil
Na coluna *Opinião* do jornal *O Globo*, o almirante na reserva Mário César Flores tratou do equacionamento da defesa nacional no Brasil e constatou que o preconceito e a apatia política e societária tem prejudicado esse equacionamento. Segundo ele, o preconceito seria resultante das interferências militares na vida política, a apatia societária seria explicável pela tradição pacifista brasileira, bem como pela não percepção de ameaças graves, por fim, a apatia política explica-se pelo fato de que no Brasil a defesa nacional não gera votos. Flores sinaliza para um descaso generalizado com esse tema, concretamente observado no orçamento das Forças Armadas, já que os recursos não são concedidos ou são negados em função da ótica fiscal, sem avaliação das conseqüências sobre a defesa nacional. Segundo ele, “no quadro orçamentário atual, a carga compulsória (pessoal e apoios sociais) compromete cerca de 80% do orçamento; sobram 20%, em que incidem os contingenciamentos, para investimento em reequipamento e instalações, manutenção, despesas correntes e operacionais, inclusive

treinamento”. Portanto, o almirante Flores conclui que a continuar esse quadro, em poucos anos o poder militar brasileiro terá ou mesmo já está tendo sua eficácia comprometida. Dessa maneira, ele aponta que a solução desse problema depende da compreensão política e societária, da aritmética fiscal e de revisões organizacionais e legais. De acordo com Flores, esses fatores devem ser equacionados para resgatar a defesa nacional do “ostracismo psicótico”, assegurando ao país credibilidade à presença estratégica regional, permitindo participações em forças internacionais, sinalizando custos para qualquer agressor, bem como permitindo o exercício eficaz das tarefas parapoliciais da alçada legal e vocação militar, diferentes do âmbito da segurança pública. Por fim, Flores pontua que esse equacionamento é necessário para que o Brasil seja “levado a sério na ordem do século XXI”, e que para isso a apatia deve ser superada e a evolução da dimensão estratégica deve acompanhar o avanço socioeconômico, ou seja, deve ser coerente com o desenvolvimento do país. (O Globo – Opinião – 22/04/04)

Brasil contraria Estados Unidos em projeto debatido na ONU

Conforme apontado pela *Folha de S. Paulo*, neste dia 22, o Brasil se opôs a vários pontos de um projeto de resolução sobre armas de destruição em massa e atores não-estatais que está sendo discutido na Organização das Nações Unidas (ONU). O projeto tem como principal defensor os EUA e segundo a proposta, pretende criar uma legislação para tentar barrar o acesso de terroristas a essas armas. Diplomatas brasileiros acreditam que a resolução, se aprovada como está, pode ser usada para fins comerciais pelos EUA e dificultar o acesso do país a novas tecnologias, como as ligadas ao uso pacífico de energia nuclear. O jornal salienta que o choque entre os interesses diplomáticos e comerciais do Brasil e a política antiterror de George W. Bush acontece duas semanas depois de os EUA pressionarem pela inspeção de uma planta de enriquecimento de urânio para uso energético em Resende no estado do Rio de Janeiro. A missão brasileira na ONU propôs alterações à resolução e o embaixador brasileiro nas Nações Unidas, Ronaldo Mota Sardenberg, criticou a redação da proposta em discurso. Segundo um diplomata brasileiro, que preferiu não ser identificado, pela proposta atual, os tais "atores não-estatais" não ficariam reduzidos a terroristas, mas incluiriam empresas que comercializam tecnologias ligadas ao uso pacífico de equipamentos e produtos que também podem ser usados para fins militares. Ele afirmou que a possibilidade de que a resolução limite o acesso do país a tecnologias e prejudiquem o Brasil comercialmente foi a principal preocupação "do ponto de vista prático" do trabalho dos representantes do país nas Nações Unidas. (Folha de S. Paulo – Brasil – 20/04/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 23/04/04).

Relatório aponta falhas no controle de arsenal das Forças Armadas

A Procuradoria da Justiça Militar do Rio de Janeiro inquiriu para investigar se as oito minas terrestres encontradas em favela da zona oeste da cidade pertenciam ao Exército. Um relatório da Procuradoria sobre o desvio de armas de quartéis no Estado do Rio sugere que as Forças Armadas não têm controle eficiente sobre seus arsenais. O documento, concluído em outubro do ano passado, tinha como

objetivo levantar o número de armas desviadas de unidades militares do Rio entre 1992 e 2002. De acordo com o levantamento da Procuradoria, foram desviadas, no período, 145 armas pertencentes às Forças Armadas. Segundo o Ministério Público Militar (MPM), a Marinha só forneceu dados a partir de 1995, enquanto o Exército e a Aeronáutica só tiveram condições de repassar as informações a partir de 1998, o que indicaria a existência de falhas no controle dos arsenais. O relatório entregue à Procuradoria Geral da República sugeriu ainda a criação de um grupo de trabalho para apurar o desvio de armas em âmbito nacional. O grupo ainda não foi criado. A Procuradoria da Justiça Militar do Rio ainda faz o levantamento. De quartéis da Aeronáutica, foram desviadas 76 armas, das quais oito foram recuperadas. Os maiores índices de desvio ocorreram entre 2000 e 2001. Neste período 71 armas sumiram. Entre elas, 19 fuzis HK-33 e 11 submetralhadoras 9 mm. Do Exército foram desviadas 53 armas, sendo 21 fuzis calibre 7.62 e 20 pistolas 9 mm. Oito dessas armas foram recuperadas, segundo o relatório. No caso da Marinha, 34 armas foram desviadas de unidades do Rio entre 1995 e 2002. Entre elas, 15 pistolas 9 mm, 10 fuzis e 6 submetralhadoras. O grupo de trabalho da Procuradoria da Justiça Militar constatou que 117 armas desviadas das Forças Armadas estavam acauteladas pela Polícia Civil no depósito Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos (Dfae). Em ofício à Dfae, a Procuradoria pediu a devolução das armas. O diretor da Dfae, delegado Luiz Carlos dos Santos, disse que todas as armas já foram devolvidas. Em nota, o Exército informou que controla rigidamente seus arsenais por meio de registros freqüentemente atualizados, conferências diárias do armamento e restrição de acesso a depósitos. A nota informa que o Exército realiza controle estatístico de armas e munições desviadas. Segundo o Exército, dois fuzis e uma pistola foram desviados de unidades da 1ª Região Militar - constituída pelos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo - em 2003. Dois fuzis teriam sido desviados neste ano. O Exército informou que de 1995 a 2004, 178 armas e 7.788 projéteis foram desviados em todo o Brasil, com a recuperação de 117 e 5.555, respectivamente. A Aeronáutica informou, por meio de seu Centro de Comunicação Social, que não cometeu falhas. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 23/04/04).

Granadas encontradas em favela pode pertencer à Aeronáutica

Os jornais destacaram que as granadas M-20 encontradas em favela do Rio de Janeiro são do mesmo lote vendido em 1996 pela empresa fabricante RJC Defesa e Aeroespacial Ltda., de Lorena interior do estado de São Paulo, à Diretoria de Material Bélico (Dirmab) da Aeronáutica do Rio de Janeiro. A informação foi fornecida pela empresa em fax enviado ao Exército e à Secretaria de Segurança Pública do Estado. O governo estadual divulgou o documento no início da noite de quinta-feira (22). O Centro de Comunicação Social da Aeronáutica informou que "não consta na Força Aérea Brasileira registro de desaparecimento deste tipo de armamento no acervo do Comando da Aeronáutica". O documento da RJC, assinado pelo diretor Robison Egydio Lopes, informa que, em dezembro de 1996, ela forneceu à Dirmab 1.500 granadas do lote CEV-4-11-96, de acordo com contrato firmado entre as partes. O negócio não teve o valor divulgado no

documento. A empresa informa ainda no ofício que, nas fotografias das armas apreendidas publicadas em jornais, aparecem espoletas acopladas a granadas de mão. Essas espoletas, segundo a empresa, foram vendidas sem as granadas, em novembro de 1998, à Comissão Aeronáutica Brasileira em São Paulo (CABSP). O contrato previa o fornecimento de 7.000 espoletas à unidade da Aeronáutica. No ofício, a RJC pede à Secretaria de Segurança Pública que preste mais informações sobre as granadas M-3 apreendidas para que possa indicar a quem e quando o lote encontrado foi vendido. De acordo com a empresa, as M-3 fabricadas a partir de 1996 tiveram o número do lote gravado "em baixo relevo no corpo da granada". A RJC pede ao Exército e à Secretaria de Segurança que verifiquem se há gravações do tipo nos explosivos apreendidos na favela da Coréia. Apesar de negar desvio de armas de uma unidade militar, a Aeronáutica informou na última sexta-feira (23) que abrirá sindicância para apurar o caso. Robinson Egydio Lopes, diretor da RJC Defesa e Aeroespacial Ltda será ouvido. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 23/04/04; Jornal do Brasil – Rio – 23/04/04; O Globo – Rio – 23/04/04).

José Sarney fala sobre democracia na América Latina

O ex-presidente do Brasil José Sarney, em coluna escrita para a *Folha de S. Paulo* nesta sexta-feira (23), falou sobre democracia com o uso da metáfora: "a lingüiça democrática", lembrando que na década de 80, na América Latina, três países eram democráticos: Venezuela, Colômbia e Costa Rica e que o objetivo da redemocratização do Brasil e da Argentina seria estabelecer uma nova relação de integração no continente, viabilizada com a construção do Mercosul. Para isto, foi criada a "cláusula democrática". Ele diz que seria necessário fazer voltar a democracia à região. De acordo com Sarney, num balanço de 20 anos, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou uma pesquisa sobre a insatisfação do povo com a democracia. Ele considera o resultado trágico: 56,3% da população acham que "o desenvolvimento econômico é mais importante do que a democracia" e 46,9% julgam a democracia incapaz de resolver os problemas dos seus países. No Brasil, apenas 30,6% se consideram democratas. Para ele, estes números mostram a falência, para a maioria da população, dos valores da liberdade e da governança democrática. Sarney salienta que o que a ONU não revela é que, em 1990, havia 190 milhões de miseráveis. Hoje, esse número quase dobrou, e 43,9% da população vivem abaixo da linha da pobreza. Acrescenta que o Consenso de Washington mostrou nesses 15 anos ser cruel e ineficaz. A renda per capita da região ficou estagnada na faixa dos US\$ 3.000. Os países da região renunciaram a seus destinos nacionais, venderam seus patrimônios, subsidiaram o dólar alto, mantiveram as taxas de juros em níveis estratosféricos, contraíram e aumentaram a dívida interna e externa. Nasceu um outro "consenso", que é o fracasso do neoliberalismo. A redemocratização veio acompanhada de uma falta de hierarquia nas prioridades do Estado, com concessões inatingíveis, como são exemplares as prometidas na Constituição brasileira de 88, da felicidade pelo milagre de artigo, parágrafo, alínea. O saldo – diz o ex-presidente - "é esse mal-estar em relação aos valores

democráticos à desmoralização do Estado de Direito. (Folha de S. Paulo – Opinião – 23/04/04).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br

**O Informe Brasil é um produto do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira, Leonardo Ulian Dall'Evedove (graduandos em Relações Internacionais e bolsistas PIBIC-CNPq) e Érica Winand (mestranda em História). As informações aqui reproduzidas são de inteira responsabilidade dos jornais.